



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes  
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada  
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz  
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

## SUMÁRIO

### 1 - ATA

1.1 - 19ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Anastácio Mileno Freire Bandeira

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário  
2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA

## ATA DA 19ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/8/2015

### Presidência do Deputado Gustavo Valadares

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras do Sr. Rômulo Veneroso – Entrega de Título – Palavras do Sr. Anastácio Mileno Freire Bandeira – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Alencar da Silveira Jr. – Gustavo Valadares – Tiago Ulisses.

#### Abertura

O presidente (deputado Gustavo Valadares) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

#### Atas

– O deputado Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião à entrega ao Sr. Anastácio Mileno Freire Bandeira do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido pelo governador do Estado, a requerimento do Sr. Rômulo Veneroso, deputado pela 17ª Legislatura, por meio de decreto publicado no *Diário do Executivo*, em 22 de dezembro de 2014.

#### Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Anastácio Mileno Freire Bandeira; Marcelo Ab-Saber, secretário de Assuntos Institucionais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Olavo Celso Romano, presidente da Academia Mineira de Letras; Roberto Fagundes, vice-presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresarias do Estado de Minas Gerais – Federaminas; Fabrício Torres Sampaio; e Rômulo Veneroso, deputado na 17ª Legislatura, autor do requerimento que deu origem à concessão do título.

#### Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença nesta solenidade da Exma. Sra. Beth Pimenta, diretora da ACMinas; do Exmo. Sr. Roque Camelo, diretor da Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana, em cujas pessoas saudamos os familiares e amigos do homenageado; e das Exmas. Sras. Maria Christina Fabel Gontijo, presidente do Conselho da Mulher Empreendedora; e Maria Elvira Salles, ex-deputada desta Casa, ex-deputada federal e membro da Associação dos Caminhantes da Estrada Real – Acer.

Também de maneira especial, registramos o recebimento de mensagem que nos foi enviada pelo Sr. Boaventura Bonfim, de Fortaleza, Ceará, que foi colega do homenageado nos tempos de juventude. Na mensagem, o Sr. Boaventura tece elogios às virtudes



que caracterizam o homenageado, lamentando não poder estar presente em virtude de compromisso assumido anteriormente, em horário conflitante com este evento.

#### **Execução do Hino Nacional**

O locutor – Sob a regência do maestro Guilherme Matozinhos, ouviremos agora o Hino Nacional, que será executado pela Orquestra Minas Barroca e interpretado pelo tenor André Felipe e pelo soprano Rodrigo Firpi.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### **Palavras do Sr. Rômulo Veneroso**

Boa noite a todos. Quero cumprimentar o deputado estadual Gustavo Valadares, que preside essa cerimônia, na pessoa de quem cumprimento os demais componentes da Mesa.

Em poucas palavras, quebrando o protocolo da Casa, com um ex-deputado fazendo uso da palavra, quero agradecer. Serei bastante breve, mas eu não poderia, de forma alguma, deixar de externar a nossa alegria. Em nome dos nossos familiares, dos nossos amigos, estou aqui hoje para prestar essa homenagem ao nosso Anastácio Mileno. Teríamos dezenas de situações que nos poderiam levar a fazer essa homenagem. Vou citar uma delas, a que marca o dia a dia do nosso convívio, da nossa amizade, a de ver o entusiasmo dessa pessoa que saiu do Ceará, chegou nas nossas Minas Gerais nos anos 1970, em janeiro, e que, durante todos esses anos, passou a ser uma pessoa que nos ensina a ser mineiros. É uma pessoa que ama, que se dedica a Minas Gerais, que gosta, que tem entusiasmo. Nessa convivência, tivemos oportunidade, passando por esta Casa, de apresentar esse projeto de lei. Quero agradecer aos deputados que colaboraram, que nos ajudaram para que fosse aprovado. Agradeço ao nosso ex-governador Alberto Pinto Coelho, que sancionou a lei. E hoje quero agradecer ao nosso presidente da Casa, deputado Adalclever Lopes, e ao meu amigo, Gustavo Valadares, que está aqui hoje fazendo a nossa vez, mas com muita justiça. É amigo de Mileno, de muitos anos de convivência. Mileno era eleitor do Gustavo Valadares e, quando eu disputei as minhas duas eleições, tomei esse voto dele. Então, é mais do que justo ele estar aqui hoje prestando essa homenagem, fazendo as vezes.

Então quero agradecer, Gustavo Valadares, e dizer, Mileno, que para nós, mineiros, é uma alegria muito grande estar, neste momento, dando-lhe essa honraria, sabendo que você faz jus a esta homenagem. Muito obrigado.

#### **Entrega de Título**

O locutor – Neste instante, o deputado Gustavo Valadares, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes, fará a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Anastácio Mileno Freire Bandeira, passando-lhe às mãos o diploma. O título contém os seguintes dizeres: “Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O governador do Estado de Minas Gerais, atendendo a requerimento aprovado pela Assembleia Legislativa, de autoria de Rômulo Veneroso, deputado na 17ª Legislatura, concede, nos termos de decreto de 22/12/2014, ao Sr. Anastácio Mileno Freire Bandeira o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento a sua dedicação ao desenvolvimento do setor empresarial mineiro”.

O presidente – Eu convido o ex-deputado Rômulo Veneroso para que nos acompanhe na entrega do título.

– Procede-se à entrega do título.

#### **Palavras do Sr. Anastácio Mileno Freire Bandeira**

Boa noite! Não sou de fazer discurso; o meu *hobby* é recitar poesias, o que tenho feito todas as vezes em que isso é possível. Como hoje se trata de uma sessão oficial, primeiro, quero agradecer à Mesa. O mais interessante é que ela é composta por amigos, pessoas pelas quais tenho o maior carinho: Fabrício, de tantos anos; presidente Olavo, da Academia Mineira de Letras – não posso deixar de dizer que agora sou presidente da Associação dos Amigos da Academia e, quebrando o protocolo, convido cada um de vocês a se associar à Amicad; Gustavo, amigo de tantos anos; Marcelo; Robertinho; e o querido Rômulo.

Primeiramente, agradeço ao Gustavo Valadares, que conheci na casa de um grande mineiro e amigo, Luiz Cláudio de Almeida Magalhães. O Gustavo, menino ainda naquela época, já mostrava essa liderança e também a vocação para os chamados de Minas. Certamente ainda veremos o Gustavo ocupando posições importantes em Minas. Em segundo lugar, agradeço ao meu amigo de 30 anos, irmão e cunhado, Rômulo Veneroso. Poderia chamá-lo de deputado Rômulo Veneroso. Quero lhe agradecer por ter reconhecido o mineiro que sou. Não poderia deixar de falar da minha amadíssima e querida esposa, Marilda, companheira de tantas lutas e glórias, que sempre esteve presente em tudo, inclusive neste momento, em toda essa *entourage* de celebração. Quero dizer que você faz parte da minha vida. Não sei como seria a minha vida sem você. Um beijo.

Meus amigos, minhas amigas, estou impressionado. Aliás, a Maria Elvira, que não está aqui, me falou: “Mileno, fui deputada por 16 anos, e a coisa mais difícil é conseguir esse título de cidadão” – não sei por que, mas segundo ela é difícil. “O pior é que, na hora de receber, não vai ninguém. A pessoa recebe um título sem aquela alegria, sem o respaldo dos que lhe conhecem.” Mas vejo que amigos, tenho muitos. Muito obrigado.

Cearense é como um passarinho que precisa voar para encontrar seu ninho. Voei nas asas da Varig para Belo Horizonte e aqui encontrei meu ninho. Nesta terra construí minha vida e meu destino.

Quando decidi sair do Ceará, aos 20 anos e ainda menino, movido pelos meus sonhos e planos de estudar, trabalhar e me desenvolver, escolhi estas míticas terras de muitas minas e montanhas e me juntei a este povo que me acolheu com generoso carinho. Aqui encontrei muitos mestres, pessoas que me abriram portas e ofereceram oportunidades para meu desenvolvimento profissional e intelectual. Muitos me contemplaram com sua amizade e convívio familiar; com eles aprendi a ser mineiro.

Verdes mares bravios de minha terra, onde canta a jandaia na carnaúba, terra de José de Alencar, lá deixei minha família, amigos e minha mãe em prantos. Imaginem que não seria fácil para um menino nordestino, desconhecido, sem apresentações e referências locais, em uma cidade, em 1970, com poucos empregos, conseguir vencer tantos obstáculos.

Um trecho do poema *A ilusão do imigrante*, de Drummond, traduz o sentimento que marcou minhas recordações do longo caminho percorrido de Crateús até Belo Horizonte: “Quando vim, se é que vim/ de algum para outro lugar,/ o mundo girava alheio/ a minha baça pessoa,/ e no seu giro entrevi/ que não se vai nem se volta/ de sítio algum a nenhum”.



Sonhei com os cenários de Minas, com sua literatura, sua poesia, suas montanhas e as cores deste Belo Horizonte. Aqui estou há 46 anos, feliz por amar esta terra e com essa gente ter firmado laços profundos de amizade, admiração e respeito.

Obrigado por tudo, Minas Gerais. Agora, para não sair do meu contexto, vou recitar o poema *Ser mineiro*: “Ser mineiro é não dizer o que faz e nem o que vai fazer./ É fingir que não sabe aquilo que sabe./ É falar pouco e escutar muito./ É passar por bobo e ser inteligente./ É vender queijos e possuir bancos./ Um bom mineiro não laça boi com embira./ Não dá rasteira no vento./ Não pisa no escuro./ Não anda no molhado./ Não estica conversa com estranho./ Só acredita em fumaça quando vê o fogo./ Só arrisca quando tem certeza./ E não troca um pássaro na mão por dois voando./ Ser mineiro é dizer “uai”./ É ser diferente, é ter marca registrada, é ter história./ Ser mineiro é ter simplicidade e pureza,/ humildade e modéstia,/ coragem e bravura, fidalguia e elegância./ Ser mineiro é ver o nascer do sol e o brilhar da lua./ É ouvir o canto dos pássaros e o mugir do gado./ É sentir o despertar do tempo e o amanhecer da vida./ Ser mineiro é ser religioso e conservador./ É cultivar as letras e as artes./ É ser poeta e literato./ É gostar de política e amar a liberdade./ É viver nas montanhas./ É ter vida interior./ É ser gente”.

#### Exibição de Vídeo

O locutor – Convidamos os presentes a assistir a um vídeo sobre o homenageado da noite.

– Procede-se à exibição do vídeo.

#### Palavras do Presidente

Boa noite, Srs. Anastácio Mileno Freire Bandeira, mais novo cidadão mineiro; amigo Marcelo Ab-Saber, secretário de Assuntos Institucionais da Prefeitura de Belo Horizonte; Olavo Celso Romano, presidente da Academia Mineira de Letras; meu amigo, quase um vizinho, Roberto Fagundes, vice-presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresarias do Estado de Minas Gerais – Federaminas; grande amigo, professor e referência na vida pública, Fabrício Torres Sampaio; Rômulo Veneroso, grande companheiro, amigo que tem feito muita falta na Assembleia e que, tenho certeza, em breve estará novamente conosco, deputado na 17ª Legislatura e autor do requerimento que solicitou a concessão desse título. Em nome da Assembleia, gostaria de agradecer a presença de todos. Na pessoa da Maria Elvira, quero cumprimentar as senhoras e os senhores que estão conosco nesta noite para homenagear essa grande figura.

Quero dizer da alegria de estarmos aqui nesta noite e da felicidade de vermos que o empresário Anastácio Mileno Freire Bandeira traz a esta Casa tantos e tantos amigos para homenageá-lo. Juntos, viveremos este momento importante em que ele recebe o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais.

A história de Anastácio Mileno Freire Bandeira, a quem chamo carinhosamente de Mileno, nosso homenageado nesta noite, é capaz de nos trazer muitos ensinamentos, seja pelo seu profissionalismo e seu senso de cidadania, seja pela coragem com que construiu sua carreira e acreditou na mudança e em dias melhores ao deixar sua terra e vir desbravar nossas alterosas, a mesma coragem cantada nos versos de seu conterrâneo cearense e genial poeta Patativa do Assaré: “Eu sou de uma terra em que o povo padece/ Mas não esmorece e procura vencer”.

E nessa rica história, o que parece não ter faltado foi coragem. Segundo William Shakespeare, “os covardes morrem várias vezes antes da sua morte, mas o homem corajoso experimenta a morte apenas uma vez”. No caso de Mileno, essa coragem foi determinante para construir sua carreira de maneira sólida e robusta e constituir uma família exemplar.

Cearense de Tamboril, nascido em 22/7/1949, filho de José Torres Bandeira e Maria Ester Freire Bandeira, foi em Crateús, também no Ceará, que desenvolveu seus estudos até o 2º grau e iniciou sua carreira, primeiro como comerciante na loja do tio Heleno, indo depois trabalhar com seu outro tio, José Freire Filho, como representante da companhia aérea Varig.

Foi por meio desse emprego como despachante da Varig, atendendo passageiros, emitindo passagens e dando atendimento às aeronaves da companhia, que pousavam no precário campo de aviação de Crateús, que o jovem Anastácio conheceu o mundo através de revistas, cartões-postais e relatos dos viajantes, o que despertou um desejo de buscar novos ares em outros pousos.

Os cartões-postais do Parque Municipal, da Praça Raul Soares com suas fontes, da Avenida Afonso Pena toda arborizada e a moderna Pampulha encantaram o cearense, que, motivado pelo sonho de estudar e formar-se em um curso superior, deixou os pais, a família e os amigos e, aos 20 anos, em 1970, mudou-se para Belo Horizonte.

Na época, ainda funcionário da Varig, tentou uma transferência para BH, o que não foi aceito pela companhia, que acabou lhe oferecendo uma passagem de ida e volta, caso não conseguisse trabalho. Mas a volta dessa viagem nunca mais aconteceu, senão através de seus próprios recursos adquiridos por seu trabalho na capital mineira.

Recém-chegado a Belo Horizonte e considerando a experiência comercial que tinha adquirido no Ceará, Anastácio não teve grandes dificuldades em conseguir um emprego. Primeiro teve uma rápida passagem pela Metalúrgica Triângulo, que ficava na Rua Padre Eustáquio, mas logo deixou esse emprego para ser contratado pela empresa H. H. Picchioni S/A - Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários, começando como auxiliar de escritório, logo sendo promovido para o departamento de contabilidade e, mais tarde, tornando-se chefe, gerente e depois diretor administrativo, permanecendo na empresa por 13 anos.

Em 1975, alcançou seu grande sonho e bacharelou-se em administração de empresas pela já renomada Fundação Mineira de Educação e Cultura – Fumec. De posse do diploma superior, tornou-se professor de contabilidade na Faculdade Champagnat.

E foi a partir de sua *expertise* profissional que, em 1982, fundou, com outros três sócios, a SGE - Serviços de Comércio Exterior, empresa especializada em logística de comércio exterior e despachos aduaneiros, com filiais nas cidades dos principais portos e aeroportos do Brasil, prestando serviços a diversas empresas durante 17 anos.

Já aposentado, em 1998, com sua esposa Marilda Melo Rezende Bandeira, fundou a empresa Toner Print, com atuação em Betim e Belo Horizonte, atuando na área de reciclagem de cartuchos para impressoras, gerando empregos e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

Diante dessa história de vida e depois de 45 anos dedicados ao Estado de Minas Gerais, nada mais justo que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais lhe prestar essa homenagem, concedendo a mais alta honraria do Estado e conferindo o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais a Anastácio Mileno Freire Bandeira. A essa honraria, Mileno faz jus pelo caráter e pela dedicação ao



trabalho, à família e aos amigos. Se mineiro de coração já o é, a partir de hoje torna-se um mineiro de direito, a quem poderei chamar de conterrâneo.

Parabéns, Mileno! Torna-se hoje um mineiro como já são pessoas tão queridas para você, como Marilda, Mariana, Mileno, Clara, Pedro e João, além de tantos outros parentes e amigos presentes nesta justa homenagem. Mesmo que simbólico, este título de cidadania representa o apreço e o carinho dos mineiros por sua história de dedicação e honradez.

Parabéns ao amigo Rômulo Veneroso pela indicação original, à Mesa da Assembleia e aos colegas deputados, por terem apoiado a iniciativa de conferir esse título, que tem o caráter de certificar a mineiridade àqueles que, não tendo nascido no sagrado solo mineiro, demonstraram, ao longo de sua vida, possuírem a alma mineira.

E, por tudo isso, finalizo minhas palavras citando Vinícius de Moraes: "A vida é a arte do encontro". A vida de Mileno é também uma história de um grande encontro com Minas, com o seu povo e com o nosso povo, um encontro de carinho e amizade. Estamos alegres por tê-lo como cidadão mineiro.

Agora, sem medo, você poderá bradar por todos os cantos, alto e bom som: "Sô mineiro, uai. Que trem bão, sô!". Muito obrigado!

#### **Apresentação Musical**

O locutor – Ouviremos agora mais uma apresentação da Orquestra Minas Barroca, composta em sua maioria por alunos, ex-alunos e professores da Escola de Música da Universidade do Estado de Minas Gerais, que executará as seguintes músicas, sob a regência do maestro Guilherme Matozinhos: *Oitava lição para as matinas de quinta-feira santa*, composta pelo músico de Vila Rica Jerônimo de Sousa Lobo; e *Lindu*, composta no século XIX por autor desconhecido e recolhida por Spix e Martius – Bahia.

– Procede-se à apresentação musical.

#### **Encerramento**

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 18, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.



## **ORDENS DO DIA**

### **ORDEM DO DIA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/8/2015**

#### **1ª Parte**

##### **1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### **2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

##### **1ª Fase**

**(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 618/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o número de entidades que aguardam credenciamento no programa Aliança pela Vida, o cronograma de aprovação de negativas e a situação em que se encontra cada processo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 619/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Aliança pela Vida, o número de entidades que solicitaram mudança no contrato do Módulo I para o Módulo II, o *status* de cada processo de mudança no contrato, os prazos para a efetivação dos contratados e o impedimento de internação em comunidades terapêuticas contratadas a partir de janeiro deste ano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 621/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre os motivos da suspensão do edital de credenciamento das comunidades terapêuticas no âmbito do programa Aliança pela Vida, a reabertura desse edital e a definição dos prazos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 632/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, que solicita seja encaminhado ao procurador-geral do Estado pedido de informações sobre o cumprimento de termos de ajustamento de conduta celebrados pela Phoenix Mineração e Comércio no que se refere à redução de impostos ambientais e de tráfego causados pela atividade da citada empresa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 655/2015, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações consubstanciadas em relatório da execução orçamentária do programa Bolsa Verde, desde a sua criação, para subsidiar audiência pública a se realizar nesta Casa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.



Votação do Requerimento nº 662/2015, da Comissão de Turismo, que solicita seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações sobre os impactos para o consumidor final da vigência da Lei nº 21.527, de 2014, que determinou a redução, de 19% para 14%, da alíquota do ICMS incidente sobre operações internas com álcool combustível. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 663/2015, da Comissão de Turismo, que solicita seja encaminhado à Cemig Distribuição pedido de informações sobre a possibilidade de racionamento de energia elétrica na Região Metropolitana de Belo Horizonte e o fornecimento de energia elétrica para empreendimentos hoteleiros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 680/2015, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre o cronograma das obras de reforma e ampliação do aeroporto de Patrocínio, o prazo para retomada das obras, o valor global e o valor despendido até o momento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 722/2015, da Comissão Extraordinária das Águas, que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações consubstanciadas em certidão de inteiro teor e cópia integral de todos os processos de licenciamento ambiental para a atividade de extração mineral vigentes no Estado, vencidos ou encerrados nos últimos cinco anos; certidão de inteiro teor e cópia integral de todos os processos de licenciamento ambiental vigentes, arquivados, negados ou em tramitação que tenham como objeto a construção e a operação de minerodutos no Estado; certidão de inteiro teor com todas as autuações e multas aplicadas a empreendimentos minerários no Estado por quaisquer dos órgãos de fiscalização ligados a essa secretaria, assim como as notificações de descumprimento de condicionantes e demais documentos de natureza similar; certidão de inteiro teor contendo todas as autorizações para intervenção em áreas de preservação permanentes emitidas pelos órgãos ligados a essa secretaria ou pela própria; e certidão de inteiro teor e cópia integral de todos os processos de emissão ou dispensa de outorga sobre uso ou intervenção em recursos hídricos e outros direitos outorgados ou dispensados pelo Igam para atividades de extração e processamento mineral e minerodutos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 747/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a regularização dos repasses de recursos da saúde aos municípios da macrorregião Norte do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 775/2015, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações sobre o licenciamento corretivo do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em especial quanto à compensação ambiental e demais ações decorrentes de preservação do meio ambiente. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 777/2015, do deputado Noraldino Júnior, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a carreira dos agentes de combate a endemias: piso salarial pago pelo governo do Estado; plano de cargos e carreira; montante pago pelo governo do Estado aos agentes que receberam o piso salarial em 2014; previsão de piso salarial a ser pago nos anos de 2015 e 2016; cursos disponíveis para formação e capacitação da categoria. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 780/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência, que solicita seja encaminhado ao Secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os programas desenvolvidos; a previsão de ações e financiamento da atenção à pessoa com deficiência no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – Suas; a qualificação profissional e a inclusão no mercado de trabalho para pessoa com deficiência e a incorporação das Apaes como prestadoras de serviços do Suas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 781/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil e ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre o índice de criminalidade no Município de Mutum, bem como sobre o número de inquéritos e denúncias realizadas, tendo em vista o teor da Mensagem nº 48.606, encaminhada em 20/4/2015 pelo Sistema de Interação com o Cidadão desta Casa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 782/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a previsão do pagamento do Prêmio de Produtividade do ano de 2013 aos servidores do Poder Executivo, considerando as inúmeras indagações encaminhadas a esta Casa, notadamente pelos servidores da Defesa Social. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 807/2015, do deputado Noraldino Júnior, que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido das informações que menciona, referentes à ocorrência de 50 homicídios em Juiz de Fora no período de 1º de janeiro a 5 de maio de 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 854/2015, da Comissão de Fiscalização Financeira, que solicita seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações acerca dos empenhos cancelados relacionados com as despesas realizadas, bem como das despesas realizadas sem o devido empenho prévio, detalhadamente relacionadas e com as respectivas justificativas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 882/2015, da Comissão de Turismo, que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre a possibilidade de racionamento de água na Região Metropolitana de Belo Horizonte e o fornecimento de água para empreendimentos hoteleiros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 886/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre o relatório completo de trabalho realizado em 57 hospitais de 36 municípios visitados pelo Ministério Público. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 892/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações quanto aos termos dos Convênios nºs 681/2010 e 2.370/2013, firmados entre a Irmandade do Hospital da Santa Casa de Poços de Caldas e o governo do Estado, destinados à construção da segunda etapa da unidade de alta complexidade em oncologia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 893/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a agenda prevista para as unidades móveis de mamografia no ano de 2015 para as regiões Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Noroeste de Minas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 898/2015, da Comissão de Educação, que solicita seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas pedido de informações sobre a expedição de diplomas supostamente falsos expedidos pela Uemg para os cursos oferecidos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, conforme denúncia encaminhada a essa comissão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 899/2015, da Comissão de Educação, que solicita seja encaminhado ao reitor da Uemg pedido de informações sobre a expedição de diplomas supostamente falsos expedidos pela universidade para os cursos oferecidos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, conforme denúncia encaminhada a essa comissão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 901/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a incidência de câncer no Município de Campo Belo, em comparação com as médias estadual e nacional, e sobre as possíveis causas da doença na região. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 906/2015, das Comissões do Trabalho e de Participação Popular, que solicita seja encaminhado à diretora do Detran-MG pedido de informações sobre a fiscalização das concessionárias de veículos em relação à cobrança pelo serviço de registro e licenciamento de veículos novos, tendo em vista o disposto no art. 3º, § 2º, da Portaria 708, de 11 de maio de 2012, do Detran-MG. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.021/2015, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre os investimentos e recursos financeiros aplicados em proteção de nascentes e a relação dos municípios beneficiados, conforme o disposto na Lei nº 12.503, de 1997. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 14/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fernando Antonio França Sette Pinheiro para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

### **2ª Fase (das 16h15min às 18 horas)**

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2015, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que altera os arts. 64 e 67 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 6/2015, da Mesa da Assembleia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 274/2015, do deputado Paulo Lamac, que institui a Semana da Conscientização e Combate à Automedicação e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 484/2015, do deputado Cabo Júlio, que altera a Lei nº 17.949, de 22 de dezembro de 2008, que cria o Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais – Fahmemg –, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.544/2015, do governador do Estado, que dispõe sobre o parcelamento de créditos estaduais, tributários e não tributários, dos quais sejam devedoras empresas em processo de recuperação judicial. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 18/8/2015**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.284/2015, do deputado Tito Torres; 1.285/2015, do deputado Cássio Soares; e 1.354/2015, do deputado Tito Torres.



Requerimentos nºs 1.521, 1.526, 1.527, 1.537, 1.539, 1.541, 1.542, 1.544, 1.568, 1.569, 1.576, 1.577, 1.586 a 1.589 e 1.652/2015, do deputado Cabo Júlio; 1.658 a 1.660/2015, do deputado Douglas Melo; 1.689 e 1.750/2015, do deputado Sargento Rodrigues; e 1.708/2015, da Comissão de Turismo.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/8/2015**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Audiência pública para debater normas gerais para instituição de loteamentos fechados e condomínios urbanísticos diante da ausência de legislação estadual específica.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 18/8/2015**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.530/2015, do deputado Mário Henrique Caixa.

Requerimentos nºs 1.690/2015, do deputado Ulysses Gomes; 1.763/2015, do deputado Bosco; e 1.794/2015, da deputada Ione Pinheiro.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/8/2015**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Audiência pública para discutir a implantação do processo judicial eletrônico pelo Tribunal de Justiça e os reflexos dessa medida no cotidiano dos advogados.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 18/8/2015**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Resolução nº 15/2015, do deputado Gustavo Corrêa.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 617/2015, da deputada Rosângela Reis.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.555 a 1.559, 1.561, 1.562, 1.592 a 1.594 e 1.661/2015, do deputado Douglas Melo; 1.606 a 1.612 e 1.703/2015, do deputado Geraldo Pimenta; e 1.683/2015, do deputado Antônio Jorge.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 18/8/2015**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Debater, em audiência pública, os mecanismos de incentivo à gastronomia mineira, com a presença de convidados.  
Discussão e votação de pareceres de redação final.  
Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 18/8/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:  
Requerimentos nºs 1.681 e 1.682/2015, do deputado Isauro Calais.  
Discussão e votação de pareceres de redação final.  
Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 18/8/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.  
Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 18/8/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia.  
Discussão e votação de pareceres de redação final.  
Discussão e votação de proposições da comissão.



**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/8/2015, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2015.

Cristiano Silveira, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Daniel Lisbeni Marra Fonseca para o Cargo de Diretor-Geral do Igttec**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Paulo Lamac, Carlos Pimenta, Isauro Calais e Wander Borges, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/8/2015, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública do indicado, de discutir e votar o parecer para turno único da Indicação nº 16/2015, do governador do Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2015.

Professor Neivaldo, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/8/2015, às 8h30min, no anfiteatro da Prefeitura Municipal de Uberaba, com a finalidade de debater as demandas e dificuldades dos hospitais da região e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2015.

Arlen Santiago, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/8/2015, às 15 horas, no auditório da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, com a finalidade de debater as demandas e dificuldades dos pequenos hospitais do Estado localizados no Triângulo e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2015.

Arlen Santiago, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.530/2015****Comissão de Esporte, Lazer e Juventude  
Relatório**

De autoria do deputado Mário Henrique Caixa, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o LaPrata Esporte Clube, com sede no Município de Lagoa da Prata.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública o LaPrata Esporte Clube, com sede no Município de Lagoa da Prata, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo promover a difusão de atividades sociais, cívicas e desportivas.

Na consecução desse propósito, a instituição realiza eventos esportivos, pratica e compete em todas as modalidades esportivas amadoras especializadas; e realiza e participa de solenidades cívicas.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade no fomento ao esporte, lazer e cultura no Município de Lagoa da Prata, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.530/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2015.

João Vítor Xavier, relator.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 12/8/2015**

O deputado Wander Borges\* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento volto a esta tribuna para trazer um assunto que já é recorrente na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Na verdade, quero fazer um histórico da BR-381: 2003 – viabilização para contratação de projetos para duplicação da BR-381. Já se vão 12 anos. Vamos lá. 2004 – projeto básico iniciado, viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental. Celinho do Sinttrocel, isso foi em 2004, mas, até hoje, em 2015, há problema com mata atlântica lá. Ora, se começou em 2004, é inadmissível em 2015 ainda termos problema ambiental. Mas vamos tocando. De 2003 a 2007 – contratação e execução de obras de restauração da pista e sinalização. Botaram meio asfalto ali, mas o povo continuou morrendo na BR-381. 2008 – inclusão da obra de duplicação da BR-381 como prioridade federal e criou-se um impasse entre o Dnit e Agência Nacional de Transporte. Vocês estão lembrados disso nesta Casa?

Não sabia se concedia, se licitava, se entrava com recurso direto do governo federal, se fazia concessão, se fazia como na 040 agora, em que os pedágios já estão prontos para serem cobrados.



Em 2009, autorização e contratação do projeto executivo. Isso sem contar que, em fevereiro de 2005, na BR-381, morreram o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico de Sabará; a secretária de Cultura, Márcia Pace; o diretor de Arrecadação Fazendária, Cláudio de São Geraldo. Vitimou, fazendo perder a perna – está nesta revista que lhes passarei –, o nosso colega Stênio, que agora, com um pouquinho mais de peso, não consegue se organizar porque teve a perna amputada. E houve divulgação do início das obras de duplicação, com previsão para 2013.

Ano de 2012, liberação de recursos para as obras da BR-381 Norte, BH-Valadares, com a publicação dos respectivos editais. Fazia parte dessa luta o deputado Bonifácio Mourão; que Deus o tenha, o nosso colega José Henrique, que cobrou desta tribuna por diversas vezes; a deputada Rosângela Reis; o próprio deputado Celinho do Sinttrocel; o deputado Gustavo Valadares; e outros. E todo dia 13 parávamos a BR, até que, em 2011, falamos: não vamos parar agora. Mas acho que está na hora de voltarmos a paralisar a BR outra vez porque, naquela época, o governo federal entendeu o recado da necessidade de duplicação da estrada. Não estou falando aqui de obra parada, estou dizendo que não há qualidade no gasto. Sabe em quanto majorarão as obras dos lotes entregues agora pela Isolux, o segundo colocado? Algo em torno de R\$212.000.000,00. Sem contar a inflação, porque a licitação foi em maio do ano passado, antes das eleições estaduais e federais.

Em 2013 houve a revogação dos editais anteriores e a publicação de um único e novo edital. Mais confusão. É brincadeira isso. De 2003 a 2015. De acordo com o que está sendo encaminhado, sabe quando essa obra terminará, deputado Carlos Pimenta? Em 2024, 2025, infelizmente. Quando chegou maio de 2015, dos oito lotes do edital, apenas os Lotes 1, 2 e 7 tinham obras em execução. Digasse de passagem que, das obras que o Dnit disse que, neste mês de agosto, estariam concluídos em torno de 30%, está concluída apenas a média de 10%.

Vamos para junho de 2015. Lotes 3, 4, 5, 6 e 8 estão ainda em análise de projeto. A maior estupidez na vida pública – e este que vos fala foi prefeito – é querer defender o indefensável; é querer jogar para debaixo do tapete, e não discutir dentro de uma nova realidade e ter humildade para dizer que alguém errou.

Em abril do ano passado, deputado Dirceu Ribeiro, fizemos um discurso desta tribuna dizendo que o Brasil estava errando, que teria de haver humildade para se dizer que errou, para corrigir rumos e traçar novos objetivos, novas metas.

A maior virtude de um homem público deve ser reconhecer seus erros, para fazer e conseguir novos acertos; do contrário, estaremos, a vida toda, enganando a nós mesmos. A maior enganação do ser humano é enganar a si próprio, porque não consegue enganar-se a vida toda.

Também, em junho de 2015, foram feitas duas licitações para o lote 8 na Grande BH. Todos fracassados. Ai vêm os prazos. Olhem, lá atrás, está publicado no jornal *O Tempo*, do dia 31/7/2015. (- Lê:) “Desistência de consórcio joga duplicação da 381 por terra”. Não acredito. O prazo era 2019. Pasmem, podem jogar acima de 2022, 2023, 2024. O valor inicial das obras era de R\$2.600.000.000,00. Hoje já custam R\$4.700.000.000,00. O governo, seja federal, estadual ou municipal, precisa ter responsabilidade na qualidade do gasto público. O gasto público tem de ser uma condicionante não meras expectativas, inclusive dentro do Regime Diferencial de Contratação – RDC –, uma nova modalidade da época da Copa do Mundo. No momento em que o País tinha maiores condições de duplicar essa estrada, isso não aconteceu. Agora vamos arrastar por aí afora por muito, muito tempo.” Isso está aqui, no *Estado de Minas*.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Peço a V. Exa. que me fale novamente o valor inicial da obra e o valor em que se encontra agora, deputado Wander Borges.

O deputado Wander Borges\* – Era de R\$2.600.000.000,00; agora está em R\$4.700.000.000,00. Ai não está contabilizado ainda a renúncia, no caso da Isolux. Agora o segundo colocado majora o valor das obras em R\$212.000.000,00, só que esse preço é de maio do ano passado. Como consequência, você pode colocar aí a inflação de 8% a 10%. Esse pessoal de empreiteira também não é fácil, vão pedir realinhamento de preço, porque automaticamente sobe.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Quero cumprimentar V. Exa. Pedi pontualmente esse valor para dar uma demonstração. V. Exa. traz aqui que o governo federal vem falando em duplicar a rodovia desde 2003, o marco temporal que V. Exa. estabeleceu. De lá para cá, vem mostrando editais, licitações, inclusive chegando a um preço exorbitante, praticamente dobrou o valor da obra. Certamente a empreiteira ficou muito feliz em fazer isso, dobrar o valor da obra.

O que mais nos preocupa, deputado Wander Borges, são as mentiras, a embromação que o atual governo federal vem fazendo em relação à BR-381. Certamente foi uma obra utilizada na campanha de Dilma Rousseff no ano passado, quando falou isso aos quatro cantos. E V. Exa. traz aqui exatamente, com uma posição muito serena, muito tranquila, explicitando ponto a ponto, o que o governo do PT, o governo federal, vem fazendo em termos de mentiras, embromação e enrolação com a BR-381. Parabéns a V. Exa.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)\* – Só gostaria de dizer que o marco temporal teria de ser um pouco antes. Cheguei aqui em janeiro de 2005. Houve uma audiência pública com o Dnit na época sobre a Rodovia da Morte. Era o governo FHC. Em 2008, na reeleição de Fernando Henrique Cardoso, a rodovia já se chamava Rodovia da Morte, e ele prometeu duplicá-la. Então só gostaria de dizer que, em relação ao marco temporal, se tem alguém mentindo, deputado Sargento Rodrigues, mentia-se antes também.

Para terminar, se a licitação está dando deserto, fracassou, e a palavra certa é “deserto”, é porque não estão concordando com o preço, os empreiteiros não estão aceitando o preço. Então acho que o marco tinha de ser 2005, pelo menos.

O deputado Wander Borges\* – Só um minutinho, para eu esclarecer. Em junho de 2005 – vou falar com propriedade –, este deputado, que, à época, não era deputado, e meus amigos paramos a BR-381. Ah, 1995, aí até concordo. Agora, há de se ressaltar, deputado Durval, sem defesa de governo A, B ou C...

O deputado João Leite (em aparte)\* - Deputado Wander, a partir de 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso duplicou a 381 de Belo Horizonte a São Paulo. Foram 600km de duplicação. Ficou para o PT duplicar duzentos e poucos quilômetros. Já estamos há 13 anos com o PT no governo, e eles não tem capacidade. E agora a obra está parada. Desculpe, deputado Celinho.

O deputado Celinho do Sinttrocel (em aparte)\* – Quero só parabenizá-lo pela retrospectiva de luta que está colocando em torno da BR-381. Concordo, não há como, de maneira alguma, tentar defender o indefensável, mas temos de deixar muito claro a todos os



telespectadores da TV Assembleia. Olha, sobre essa retrospectiva que V. Exa. faz em torno da duplicação da 381 Norte, temos de chamar o governo à responsabilidade, e não defender o indefensável de governos passados que nem sequer se ativeram ao projeto de duplicação dessa rodovia. Essa necessidade tão aclamada pelo povo mineiro, pelo povo dos Vales do Rio Doce e do Aço foi fortemente debatida aqui nesta Casa. Agora quero, dentro dessa retrospectiva, dizer a V. Exa., sem fazer coro com governo A, B ou C, que foi em 2014 que a presidenta Dilma foi ao Vale do Aço dar a ordem de serviço da duplicação da 381.

Temos de cobrar celeridade, temos de exigir obras e licitação dos outros lotes, mas temos que reconhecer que os únicos governos que vêm fazendo algo pela duplicação da 381 Norte é o atual governo da presidenta Dilma e o governo anterior do ex-presidente Lula.

O deputado Wander Borges\* – O que quero colocar? Não quero entrar em defesa de governo Lula ou de Fernando Henrique. Vou dizer o que disse outro dia: o CNPJ do governo federal é o mesmo. Muda Lula para Fernando Henrique, Fernando Henrique para Dilma, Dilma para Collor, Collor para Sarney, para Tancredo, mas o importante é o CNPJ. O que esperamos? Esperamos que o governo federal tenha celeridade nesse assunto. Precisamos dessa responsabilidade, sim, porque é inadmissível.

Em 2005, fui ao pronto-socorro ver dois amigos meus mortos, que tiveram suas vidas ceifadas ao longo da BR-381. Olhem, 2 mil famílias estão nos trechos onde serão realizadas desapropriações. Poxa, será que até agora não houve tempo de negociar com essas famílias?

Deputado Celinho, acho que o governo federal perde uma grande oportunidade de dar uma grande resposta a Minas Gerais, porque é o que digo, a qualidade do gasto público... Não pode. Há um problema muito mais sério que não imaginamos. Se lá atrás o governo chegou a arrecadar 100, 120, 140, 150 bilhões por mês numa obra de 4 bilhões... Ora, isso é uma covardia. Foram 11.471 acidentes, 4.708 com vítimas. De 2010 a 2014, 610 mortos. Isso está matando mais que guerra daqueles países da Ásia.

Vou mostrar uma retrospectiva rapidamente para concluir. Lote 1: Governador Valadares-Belo Oriente, 72km; Lote 2: Belo Oriente-Jaguaraçu, 60km; Lote 3: Jaguaraçu-Ribeirão do Prainha, 28km, devolvido. E amanhã haverá audiência pública na Justiça Federal. A Dra. Dayse Starling, que está fazendo toda a intermediação, está chamando o Isolux e o Dnit, assim como nós, que fomos à primeira reunião. Para quê? Para definir... Afinal de contas, de quem é essa responsabilidade? Se sabiam que o preço era inexequível, porque autorizaram e homologaram a licitação? Porque contrataram? E ainda podem ser devolvidos: Ribeirão do Prainha-Nova Era; Nova Era-João Monlevade; João Monlevade-Rio Una, num total de quase setenta quilômetros.

E obras e prazos? Os lotes 1 e 2 tinham de estar prontos com 30%, mas estão com 8%, em média. E os lotes 3, 4, 5 e 6, em que ainda não iniciaram as obras? E as ordens de serviço para o 4 e o 5 que nem foram definidas? Bagunça generalizada. Sabem por quê? Falta de planejamento. Precisa haver planejamento; é necessário considerar a Lei nº 4.320. Quando for licitar, deve licitar tudo. Que ficassem dois ou três anos, 2003, 2004, 2005, fazendo projeto básico, projeto executivo, olhando os bueiros, os túneis e a terraplanagem, verificando onde há material de primeira e material de segunda. E, como consequência disso, quando as obras ganhassem as ruas, seria dada uma resposta, em sua plenitude, à sociedade. Esse é o anseio dos mineiros. Nós, como deputados, temos a responsabilidade de fazer a cobrança, independentemente de governo.

Finalizando, presidente, queremos, daqui a um tempo, poder dizer que deixamos o nosso legado, a nossa contribuição. Quero dizer o que digo em todos os lugares pelos quais passo. Homem público, presidente da República, governador, prefeito, deputado, vereador, senador, ministro, secretário municipal ou estadual não fazem favor a ninguém. É obrigação deles trabalhar bem, porque todos recebem para isso. Não estamos fazendo favor à sociedade.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Deputado Wander Borges, lamento, mas seu tempo terminou. É bom a gente desabafar.

O deputado Wander Borges\* – Não estou desabafando, mas colocando meu posicionamento.

\* – Sem revisão do orador.

A deputada Celise Laviola – Exmo. Sr. Presidente, Hely Tarquínio, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, “combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé” (2 Timóteo 4:7).

Eu e meu amigo, companheiro político, pessoa de grande importância na minha trajetória política, Genil Mata da Cruz, prefeito de Central de Minas e presidente da Assoleste, tínhamos muitos projetos a serem realizados. Eram muitos sonhos sonhados juntos.

Conversávamos diariamente e, no dia 24 de junho, às 21h30min, ele me enviou uma mensagem por meio da qual cantava: “não aprendi dizer adeus”. No dia 6 de julho, perguntei se ele estava com algum problema, e ele me disse que não, só uma invasão na fazenda dele, mas que já estava negociando amigavelmente, aliás, como ele sempre resolvia as coisas.

Genil nunca foi polêmico, Genil sempre foi sincero, franco, verdadeiro. Nunca perdeu a alegria, nunca deixou de sorrir. Sempre foi trabalhador, honesto e respeitado. Foi por isso que conquistou todo o povo de Central de Minas e da nossa região Leste.

Aproximadamente, às 17 horas do dia 14 de julho, depois de termos comemorado seu aniversário no dia 8, recebi um telefonema que me deixou arrasada, transtornada: meu amigo teria sido levado de forma bruta, estúpida e precoce, levando consigo seu sorriso e sua alegria de viver, que o acompanharam por apenas 39 anos. A alegria que contagiava a todos que o conheciam foi apagada, tirada violentamente de nosso coração, e uma tristeza imensa tomou conta de sua família e de nós, seus amigos. No dia de meu aniversário, 16 de julho, estava sendo sepultada a grande esperança do povo centralense e de muitos mineiros da região Leste.

Peço a Jesus que console o meu amigo Gentil, a mãe, as irmãs e os irmãos de Genil e que cuide, de forma muito especial, de minha amiga Simone e dos pequenos Cristal e Enzo. Rogo ainda ao Nosso Senhor que conforte todo o povo de Central de Minas e fortaleça o nosso prefeito Enéias.

Aos amigos, peço que consigam transformar a dor em coragem para que possamos enfrentar a vida de frente como Genil sempre fez, pois, segundo Leonardo da Vinci, “uma vez que você tenha experimentado voar, você andar pela terra com seus olhos voltados para o céu, pois lá você esteve e para lá você desejará voltar”. Fica uma certeza: a gratidão não morre, e o nosso Genil jamais será esquecido; estará para sempre em nosso coração.

O deputado Cabo Júlio (em aparte)\* – Quero me somar à dor de V. Exa. Conheci o prefeito em uma audiência pública em Governador Valadares, e V. Exa. estava presente. Estávamos antevendo que haveria lá o problema do presídio que depois veio a acontecer. O prefeito até disse que, se lá estava superlotado, ele disponibilizaria – e fez isso com muita coragem, pois a última coisa



que as pessoas querem em seu município é um presídio – espaço para a Seds construir um lá. Dias depois, fomos tomados pela notícia dessa fatalidade.

Quero, então, me somar à dor de V. Exa. Lembro-me de que, naquele dia, V. Exa. partiu para lá, pois era seu amigo. É muito ruim perder alguém. É péssimo quando uma pessoa morre, e, quando é alguém por quem temos um carinho especial, a dor é muito maior. Então, quero ser solidário a V. Exa., nossa colega de bancada, nossa amiga, nossa companheira, nossa irmã.

Quero, agregando um pouco mais a essa dor, dizer que hoje também fizemos uma caminhada da dor, pois foi o enterro do soldado Charles. Os policiais militares fizeram uma caminhada fúnebre na Avenida Pedro II, em direção ao cemitério, onde foi enterrado o menino de um pouco mais de 20 anos, vítima de latrocínio. Assaltaram seu carro, com ele dentro, e o mataram. Tentaram levar o carro, mas não conseguiram devido ao sistema antifurto, mas levaram sua arma. A turma virou a noite, e, em breve, teremos notícias; já temos algumas prisões ligadas a isso, mas o processo continua em andamento.

Então, hoje é um dia triste, e queria dizer a V. Exa. que estamos em dor, mas vamos fazer o quê? Infelizmente, acontecem essas fatalidades na vida, e sei que, em tudo, Deus há de confortar o nosso coração; um dia entenderemos tudo. Nós, que ficamos por aqui, pedimos a Deus que conforte o coração dos familiares e dos amigos.

É muito difícil lidar com a dor quando se perde alguém, principalmente numa situação como essa. Peço a Deus que conforte também o coração de V. Exa., da nossa bancada e dos demais deputados. V. Exa. tem solidariedade e carinho aqui pela dor que está sentindo. Muito obrigado.

A deputada Celise Laviola – Obrigada, deputado.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)\* – Sou solidário a V. Exa. Tenho a certeza de que o seu pronunciamento vem do fundo do coração, da amizade que tinha com o prefeito.

Aproveito a oportunidade para fazer um apelo ao secretário de Saúde do Estado de Minas Gerais: envie com urgência vacinas de meningite para a região do Serro, onde há cinco pessoas com essa doença. Anteontem, uma garota contraiu meningite. Que o secretário olhe com carinho para essa situação. Pode ocorrer um surto em toda a região, que é conhecida por V. Exa. Se o secretário não tomar providências urgentes, outra fatalidade pode acontecer. Como amigo e representante do Serro nesta Casa, faço esse apelo ao secretário de Saúde. Já fiz esse pedido hoje cedo, já tentei falar com a secretaria. Estou fazendo essa solicitação da tribuna, para evitar um surto de meningite na cidade do Serro. Esperamos que a Secretaria de Saúde faça a sua parte imediatamente. A população pede socorro. Muito obrigado.

A deputada Celise Laviola – É verdade. Essa situação deve ser contornada urgentemente, para que haja resultados. Obrigada.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Douglas Melo – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa., as deputadas, os deputados, os telespectadores da nossa TV Assembleia. Sr. Presidente, nesta tarde, tratarei de um assunto que já citei na Comissão de Defesa do Consumidor. Refere-se ao valor exorbitante que está sendo cobrado pela Concessionária Via 040 no pedágio próximo a Sete Lagoas: R\$4,60. Já pedimos reunião na ANTT e na concessionária para tentar reduzir esse valor ou procurar uma solução. Isso acabou se tornando problema para os estudantes e trabalhadores que saem de Sete Lagoas.

Sr. Presidente, sabemos das dificuldades do governo federal, principalmente aqui no Estado de Minas Gerais, onde há muitas estradas, especialmente federais. Começo a me perguntar por que o governo passado não duplicou a MG-424, que liga Sete Lagoas a Pedro Leopoldo. Por que estou citando o governo passado? Porque houve diversos anúncios, o projeto foi anunciado várias vezes, disseram que a obra sairia do papel em breve. Mas, infelizmente, temos um problema gravíssimo hoje: para evitar o pedágio, o motorista que sai de Sete Lagoas usa a estrada velha, a 424, e, como ela não é duplicada até Pedro Leopoldo, o índice de acidentes aumentou de forma exorbitante.

Para se ter uma ideia, em menos de um mês, foram registrados três acidentes fatais, três pessoas perderam a vida. E isso é a informação que tenho. Pode ser, deputado Tolentino, que tenhamos mais vítimas, de que ainda não temos conhecimento, e outras, certamente, virão. A estrada se parece muito, inclusive, com a BR-381, deputado Glaycon, por ser estreita, por ter um trânsito muito carregado.

Fico muito assustado quando alguns anúncios são feitos para a região de Sete Lagoas, deputado Durval, e não saem do papel. Para se ter uma ideia, numa ocasião, o governador de Minas, não o atual, esteve na cidade e anunciou o asfaltamento de Sete Lagoas à cidade de Araçai, o que nunca saiu do papel. O projeto foi anunciado por diversas vezes. Outro dia ainda, indo até o DER, conversando com o Dr. Célio Dantas, ele me disse: “Nem existe projeto para a estrada de Araçai”. Estamos cansados de ser enganados em Sete Lagoas e em toda a região.

No ano passado, um outro anúncio foi feito para uma cidade que sofre muito com a violência. O então governador, nessa ocasião, anunciou a 18ª Região da Polícia Militar para Sete Lagoas. Anunciaram, deram como certa a ida, fizeram, inclusive, evento para comemorar o comando regional da Polícia Militar em Sete Lagoas. O outro governo saiu sem sequer explicar para a população o que estava acontecendo. A regional não foi instalada nessa cidade. Mas acho que a verdade tem de prevalecer. Quando procurei o comandante Bianchini e o secretário Bernardo Santana, eles disseram: “Douglas, não podemos anunciar para Sete Lagoas esse comando da PM, já que a cidade está muito próxima a Curvelo. Com essa proximidade, torna-se até incoerente Sete Lagoas ter um comando da PM, e Curvelo, outro”.

Mas o que queremos é que Sete Lagoas e região sejam tratadas com atenção. Quando falo do governo do passado, estou falando também dos outros governos. É inaceitável que uma cidade que tem a 8ª arrecadação do Estado de Minas Gerais passe ainda por problemas como esse. Sete Lagoas tem Iveco, Ambev, OMR, Sada e outras empresas. Hoje, deputado Durval Ângelo, para sair de Sete Lagoas e ir ao Aeroporto de Confins, leva-se quase 1h30min. Com o pedágio que está sendo cobrado na BR-040, esses motoristas estão indo para lá.



Outro dia, fiquei muito esperançoso ao falar com o nosso governador Fernando Pimentel. Ele me disse que havia sido anunciado para Lagoa Santa uma duplicação, sendo que essa estrada realmente é prioridade. O nosso governador disse que não mediria esforços para que a estrada fosse duplicada.

O que queremos, os parlamentares e principalmente o povo, é que a verdade seja dita. Ao procurar o comandante Bianchini, ele prometeu ajudar no policiamento de Sete Lagoas, deputado Durval. E divulgamos, com imensa satisfação, aqui nesta tribuna de tamanha importância, que o governo de Minas já anunciou para Sete Lagoas a chegada de 90 policiais militares no ano que vem; 45 provavelmente ficarão lá, pois virão por meio de concurso público. O comandante nos garantiu que esses policiais farão o curso em Sete Lagoas, o que vai ajudar muito na luta contra a violência.

Então, o que estamos pedindo é simplesmente um reconhecimento a uma região que presta, sem dúvida, uma ajuda a este estado. É claro que os outros municípios também merecem atenção.

Mas, deputado Durval Ângelo, não podemos nos esquecer do que o governador Fernando Pimentel acaba de fazer. Anunciou a retomada das obras do anel viário, que vai ligar a Estrada 238 – cidades de Jequitibá, Santana de Pirapama – à Estrada 424 e também à Avenida Norte-Sul. Isso vai tirar de Sete Lagoas o trânsito pesado, que acontece principalmente por causa da Ambev e da Iveco.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)\* – Deputado Douglas Melo, primeiramente quero dizer que Sete Lagoas deu um presente a esta Casa, um presente à democracia de Minas Gerais, por ter permitido que um jovem deputado idealista como V. Exa. estivesse aqui como deputado estadual. Acho que, se estamos vendo todas essas coisas aqui hoje, essa preocupação com Sete Lagoas e região, é porque o povo votou em você. Foi uma votação majoritária, uma votação que ninguém nunca teve na cidade de Sete Lagoas e, acredito, que por muito tempo não será atingida por outro parlamentar. O povo trouxe-o até aqui. Por isso você vem e mostra as mentiras que pregaram no passado, durante o período eleitoral, em relação à região da Polícia Militar, ao aumento do policiamento e a obras de asfaltamento. Aliás, V. Exa. não disse, mas, há três anos, anunciaram o anel viário de Sete Lagoas. Há três anos, estão anunciando essa obra. O governo anterior anunciou-o, com muito estardalhaço, no período das eleições.

Isso mostra como se tratavam as políticas públicas neste estado. Havia uma Minas do faz de conta, uma Minas da publicidade, que era um conto de fadas. Mas o povo, como mostrou uma campanha do PMDB na época, não vivia na Minas da propaganda, mas na Minas real. Sete Lagoas sentiu isso muito bem. É bom que o povo de Sete Lagoas tenha consciência, Douglas, de que todas essas inverdades foram ditas com a aprovação do alcaide-mor do município. Ele também divulgou isso. Ele também propagou isso. Hoje o governo Fernando Pimentel tem em você esse grande interlocutor, que trará muitas mudanças para Sete Lagoas. O governador Fernando Pimentel confia na sua representação, e, com toda a certeza, essas coisas vão se tornar realidade pelo seu trabalho, pela sua atuação neste Legislativo.

É bom que você tenha chegado, senão o deputado Alencar da Silveira Jr. logo iria querer ser o representante de Sete Lagoas. Ele já está tão animado ali! Parabéns. É bom para nós que já estamos com muitos anos de estrada, carregando muitos janeiros nessa caminhada, que haja um jovem deputado idealista com todo esse entusiasmo e disposição. Nós, da base do governo, com toda a certeza nos orgulhamos da sua presença.

O deputado Douglas Melo – Obrigado, deputado Durval Ângelo, pelas palavras.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)\* – Deputado Dilzon Melo, obrigado pelo aparte. Quero aproveitar a oportunidade da fala de V. Exa., especialmente no diz respeito à Via 040, concessionária responsável pela via que liga o Rio de Janeiro a Brasília. Deputado Douglas, esse problema não é novo.

O problema que estamos enfrentando em Barbacena – em Sete Lagoas não é diferente – é a cobrança de pedágio dos moradores da região. Na Comissão de Transporte, tivemos oportunidade de falar sobre a instalação do posto de pedágio que divide o Distrito de Correia de Almeida e a cidade de Barbacena. O que fazer com o cidadão que trabalha diariamente indo e voltando, o cidadão que precisa estudar, o cidadão que precisa de atendimento médico, o cidadão que tem sua rotina de vida dentro do seu próprio município e tem de pagar R\$4,60 diariamente? O que lamento, deputado Douglas, é que fiz contato com a ANTT, que se diz impossibilitada de tomar qualquer medida que seja. O convênio é feito com quem? É com o Ministério dos Transportes? Não é. É com o Dnit? Não é. É exatamente com a ANTT, que nada pode fazer. Estamos encaminhando ao Ministério Público Federal, da 1ª Região, uma representação para que tome providências garantindo o direito de ir e vir à população daquela região. O que acontece é um absurdo. Sou favorável, acho que temos de ter concessões, acho que os preços precisam ser razoáveis. Não acho que esse seja um bom preço, aliás, acho caro. Acredito que o caminho das concessões ajuda na manutenção, na preservação, mas tem de ser a serviço do povo.

Uma via em prol da exploração econômica da passagem das pessoas não pode estabelecer uma divisão de município, como está ocorrendo no Município de Barbacena. Estamos tomando as medidas e vamos procurar os órgãos de direito para tentar buscar uma solução.

Estamos juntos na mesma luta. Sei que V. Exa. tem luta semelhante em Sete Lagoas, e assim também temos em Barbacena. Obrigado pelo aparte.

O deputado Douglas Melo – Completando o que o deputado Cristiano Silveira disse, esperamos que a Via 040 pelo menos reconheça a importância e ouça um deputado que está falando não só em nome da sua região, mas em nome do povo de várias cidades. O valor de R\$4,60 é absurdo. Não entendemos o porquê de o pedágio ter sido colocado a 10 km de Sete Lagoas. Se você olhar a distância de um pedágio para outros, eles anteciparam a saída de Sete Lagoas para quem vem para Belo Horizonte. Isso foi feito, parece-me, com a má intenção justamente de fazer com que o motorista que passa por ali pague o pedágio, como bem foi dito pelo deputado Cristiano Silveira. Não estamos aqui avaliando se ter uma estrada privatizada é bom ou ruim, mas também não podemos ficar calados e deixar de falar que o sete-lagoano e o povo da região são os mais prejudicados, porque são. A estrada de Belo Horizonte ao trevão de Curvelo já era duplicada. Eles colocaram um pedágio saindo de Sete Lagoas em uma estrada em que a Via 040 no máximo arruma canteiro e coloca uma parte de asfalto em cima de outra. Estamos pedindo ao Ministério Público Federal, por meio de uma representação, amparo para estudar a possibilidade de trazer uma solução, para que o motorista não seja tão prejudicado. Já tivemos um resultado como esse em Luziânia, Goiás, quando os motoristas de lá tiveram o valor reduzido – por um tempo houve até a

isenção de taxa ou de cobrança de pedágio para esses motoristas. Acreditamos muito no Ministério Público Federal e esperamos que a situação não fique da forma como está.

Concederei aparte ao deputado João Leite e depois ao deputado Isauro Calais. O deputado Isauro Calais até queria muito falar, porque estamos falando de Via 040 – não é, deputado?

O deputado João Leite (em aparte)\* – Obrigado. Parabéns, deputado Douglas Melo, pela sua fala. Até listei aqui, já que estou desde 1995 na Assembleia, que a primeira obra que beneficiou Sete Lagoas resultou de uma luta muito grande do ex-governador Eduardo Azeredo. Foi a duplicação feita por Fernando Henrique, de Belo Horizonte a Sete Lagoas. Essa estrada que o PT privatizou agora, pela qual o cidadão tem de passar e pagar, foi feita com recurso público – Eduardo Azeredo a fez junto com Fernando Henrique. Depois do governo passado, que V. Exa. lembrou, foram para Sete Lagoas a Ambev e a Iveco.

É importante lembrar a recuperação da MG-424, de Belo Horizonte até a entrada para Confins. É outra possibilidade de se chegar ao aeroporto de Confins hoje.

É importante dizer também da MG-10. Todo o contorno do aeroporto de Confins foi feito com recurso público. O governo passado, deputado Douglas Melo, estava muito ocupado, porque tínhamos 230 cidades de Minas Gerais que não tinham ligação asfáltica, que Aécio Neves fez.

Queria dizer também que falta a participação federal. Já que existe uma rodovia federal, o impacto na segurança pública é federal em Sete Lagoas.

Esta oportunidade está sendo boa para lembrarmos o quanto o PSDB fez por Sete Lagoas, começando por Eduardo Azeredo e continuando pelo Aécio, lutando para que a Iveco e a Ambev estivessem lá.

Por fim, algo que me deu muito prazer: o governo Aécio Neves levou para Sete Lagoas os jogos da série A do Brasileirão. Ele construiu a Arena do Jacaré com recursos estaduais. Que bom que Sete Lagoas é tão grata ao mais querido senador Aécio Neves, que fez tanto por essa cidade. Muito obrigado.

O deputado Douglas Melo – Obrigado, deputado João Leite.

Presidente, já estou encerrando. Gostaria somente de lembrar que, em momento algum, nesta tribuna, falei de sigla partidária. Gostaria somente de lembrar que, em momento algum, eu disse que partido A ou B não levaram benefícios. Quando digo que Sete Lagoas está isolada, como foi dito muito bem pelo deputado João Leite, é porque a duplicação da BR-424 é o nosso sonho antigo.

Não podemos também nos esquecer, deputado João Leite, da importância de Sete Lagoas. A Iveco e a Ambev foram para lá porque está próxima a Belo Horizonte. Se eles prestam um serviço ao levar emprego, nós prestamos um serviço também, oferecendo mão de obra qualificada. Por isso Sete Lagoas merece mais respeito.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Durval Ângelo\* – Concedo-lhe um aparte, deputado Alencar da Silveira Jr., nobre colega da primeira hora.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)\* – Não poderia, deputado Durval Ângelo, deixar de parabenizar o representante da minha cidade. Eu nasci em Sete Lagoas, fui lá nascer. Nasci em Sete Lagoas e estou aqui porque há um representante como este. Quero parabenizá-lo.

Quero falar também que, eles tentaram colocar um pedágio no Jardim Canadá. Itabirito ia ser penalizada com uma taxa de pedágio alta. Na mesma hora, corremos atrás e conseguimos mudá-lo de lugar. Pedágio em Itabirito, não.

O deputado Durval Ângelo\* – Pedágio foi invenção do PSDB no Brasil.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, o que me traz aqui hoje é fazer uma análise do momento atual no Brasil. Eu começo. Propostas de *impeachment* e eleição antecipada; vazamentos seletivos, delações premiadas e processos sob segredo de Justiça; prisão de quem já estava preso; operações policiais midiáticas; painéis puxados pelas elites, que talvez nem saibam usar as panelas; intenções declaradas de desestabilizar o País e de reduzir direitos no Congresso Nacional, direitos dos trabalhadores. A lista de evidências não deixa dúvidas: está em curso uma tentativa de golpe no Brasil. Os alvos diretos são o governo Dilma, o Partido dos Trabalhadores, os partidos de esquerda e seus expoentes. Mas a principal vítima poderá ser a democracia, com consequências desastrosas para toda a sociedade, sobretudo para as classes populares.

Em reflexões recentes sobre a gravidade do quadro atual, tenho recorrido a uma história cujo cenário é a Alemanha de 1934. Eram tempos de ódio, preconceito e intolerância, quando uma família judia alugou um apartamento em um condomínio. A presença dos novos inquilinos não agradou a todos os moradores, mas a resistência não impediu a mudança. Apesar das reformas e melhorias no imóvel, a nova residência tinha problemas antigos. Entre eles, a presença de ratos. Na primeira semana, a família matou um roedor e o jogou no lixo comum do prédio. Na segunda, eliminou dois ratos. Na semana seguinte, havia mais três animais no lixo. Os demais moradores, em sua maioria alemães arianos, ao se depararem com os ratos, em 1934, ficaram incomodados e fizeram uma reunião para discutir e tomar providências. A decisão foi expulsar os judeus. A justificativa? Estavam levando ratos para o condomínio.

O paralelo entre essa história e a discriminação vivenciada pelo PT e suas lideranças é inevitável. Há 13 anos, em um fato inédito, um operário foi eleito presidente do Brasil e isso incomodou aqueles que, até então, se revezavam no cargo de síndico e se beneficiavam de privilégios. Afinal, aquele homem não fazia parte do, entre aspas, “condomínio do poder”, não pertencia à raça predominante na política nacional, nem à elite branca deste país.

Era um nordestino que poderia ter morrido à míngua na seca, ou, quem sabe, assassinado nas favelas onde morou. Um ex-presos, que na ditadura lutou contra o sindicalismo pelego e por melhores salários para os trabalhadores e, contra todos os prognósticos, conseguiu entrar no condomínio e mudar a face do poder no Brasil.

Logo de início, Lula assinou o decreto de adesão do Brasil à Convenção da ONU contra a Corrupção – decreto que estava há oito anos esperando para ser assinado pelo presidente da República – e deu autonomia ao Ministério Público, nomeando para comandar a instituição o nome mais votado pela categoria, diferentemente de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, que costumava indicar o mais alinhado com os interesses do seu partido, o engavetador-geral da República. Não foi diferente Aécio Neves em Minas Gerais,



que indicou no seu primeiro mandato o último da lista, Jarbas Soares, que teve uma votação insignificante, mas era alinhado ao seu partido em Minas Gerais.

O presidente operário também fortaleceu a Polícia Federal e lhe deu independência para trabalhar, uma vez que antes era dirigida por um delegado filiado ao PSDB, várias vezes candidato a deputado. Se não me engano, esse delegado foi candidato a vereador em Belo Horizonte. Criou ainda a legislação da delação premiada e enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que tornava a corrupção crime hediondo.

As conquistas da nova administração foram tão significativas, que o síndico operário conseguiu eleger sua sucessora. Com ela não foi diferente. Dilma Rousseff, mineira, também nunca havia estado no “condomínio do poder”, entre aspas, nem sequer tinha sido eleita para um cargo político anteriormente. Era uma ex-presença política, vítima de tortura no regime de exceção. Foi às ruas e lutou pelas liberdades democráticas neste país. Conheceu a tortura, conheceu a clandestinidade, em função da perseguição daqueles que sustentaram a ditadura militar. Hoje, alguns deles estão na oposição no Brasil.

Obviamente, ela também incomodou. A nova síndica fez mudanças estruturais na Petrobras, demitiu servidores envolvidos com irregularidades cinco vezes mais que nos oito anos tucanos e aprovou no Congresso a Lei de Combate à Corrupção, enviada no mandato anterior pelo presidente Lula.

Assim como na história, hoje, justamente aqueles que tomaram a iniciativa de combater a praga são perseguidos e execrados em praça pública, acusados de serem os donos dos ratos. E, pior, seus opositores articulam para expulsar do condomínio uma presidente legítima e democraticamente eleita. Eles foram rejeitados pela quarta vez seguida nas urnas, perdendo no 1º e 2º turnos vergonhosamente em Minas Gerais. Estado que o conhecia, porque no estado em que ele morava, Rio de Janeiro, também perdeu as eleições.

Não podemos permitir que os exterminadores sejam caçados como ratos. Faz-se urgente uma reação firme da sociedade, liderada pelos movimentos populares e sociais e pelos partidos de esquerda que participaram do projeto para transformar o País. Temos o dever de defender nossa democracia, a tão duras penas conquistada, a fim de que o Brasil não reproduza preconceitos históricos de uma elite para a qual somente os ricos e privilegiados podem morar no condomínio do poder.

É por isso que eu e outros colegas deputados participamos, na última sexta-feira, do lançamento da frente mineira em defesa da democracia no Brasil. Na ocasião, contamos com a presença do teólogo, pensador e humanista Leonardo Boff, que é reconhecido mundialmente e contribuiu, de forma decisiva, com o papa Francisco para a elaboração da encíclica sobre a questão ambiental. Leonardo Boff tem 102 livros escritos, prova de sua competência, de sua firmeza e de sua robustez acadêmica. Portanto essa frente, que vai se reunir em Minas Gerais nos dias 5 e 6 de setembro, foi constituída em defesa da democracia. É uma frente para dizer “não” aos golpistas, aos ratos do passado que hoje querem se passar como cidadãos e cidadãs com probidade e preocupação.

Lembro-me aqui do poema *Intertexto*, do célebre poeta Bertold Brecht, que vou ler em homenagem ao presidente Hely Tarquínio, que é um filósofo, visto que a filosofia e a poesia são irmãs siamesas. Assim se posicionou Bertold Brecht: “Primeiro levaram os negros / Mas não me importei com isso / Eu não era negro / Em seguida levaram alguns operários / Mas não me importei com isso / Eu também não era operário / Depois prenderam os miseráveis / Mas não me importei com isso / Porque eu não sou miserável / Depois agarraram uns desempregados / Mas como tenho meu emprego / Também não me importei / Agora estão me levando / Mas já é tarde / Como eu não me importei com ninguém / Ninguém se importa comigo”.

O cenário não é novo; já ocorreu, em outras épocas, no Brasil, em outros países latino-americanos e até em outros continentes. Vimos a mesma sanha do golpe com Getúlio Vargas; Juscelino Kubitschek por três vezes viu o golpe bater às suas portas; e vimos o mesmo com Jânio Quadros e João Goulart. É ação da mesma direita golpista, que não ganha as eleições no voto e defende a democracia quando está no poder, mas que, quando está fora do poder, é a primeira a tripudiar sobre essa democracia. Para ela, a democracia é um discurso demagógico e hipócrita, de exportação. Mas o desfecho de agora poderá ser diferente, se o quisermos. E o povo quer. A propósito, a história da família Judia que contei no início do meu discurso é fictícia, mas bem poderia ser real na Alemanha de 1934 ou no Brasil de 2015.

Aproveito para lembrar que, na luta pela democracia, 7 mil camponesas pobres ocuparam as ruas de Brasília ontem e hoje. O deputado João Magalhães, que é deputado antigo, deve ter convivido com essa tradicional Marcha das Margaridas, em Brasília, que tem conseguido muitas conquistas. Ela relembra os 32 anos do bárbaro assassinato da trabalhadora rural e militante dos direitos humanos, Margarida Alves. Há 32 anos, ameaçada de morte e com segurança policial, Margarida disse que preferia morrer na luta a morrer de fome. Era o Brasil de antigamente: o Brasil da fome, o Brasil do abandono, o Brasil onde se assassinava alguém que lutasse por justiça ou falasse em direitos humanos. É muito importante lembrar isso.

Aproveito o debate provocado há pouco pelo deputado Wander Borges para lembrar que, quando entrei para esta Casa, em 1995, o eixo norte da BR-381 já era conhecido como Rodovia da Morte. Naquele meu primeiro ano nesta Casa, participei de um debate sobre a duplicação dessa rodovia, de que também participaram representantes do Dnit e do governo federal de então. Em 1998, essa rodovia foi objeto de campanha eleitoral, com compromisso de duplicação.

E hoje o governo Lula – daí eu disse que o marco, a linha de tempo do deputado teria de ser pelo menos nos oito anos anteriores dos que eu vivi; e não em 2003, porque, se houve um governo, como bem disse o deputado Celinho do Sinttrocel, que decidiu fazer a duplicação foi o governo Lula e o governo Dilma. E é interessante, os papéis se invertem. O deputado aqui fala em mentira e se esquece do passado. Então, eu sou daqueles que não se ilude com alguns discursos. Já dizia o general Clemenceau, grande herói francês – estou terminando, Sr. Presidente –, que, numa guerra, sempre a primeira baixa é da verdade. E nós estamos numa guerra no Brasil, como eu registrei, como eu relatei aqui. Uma guerra que ainda não está indo para enfrentamentos mais sérios. Mas, com toda certeza, na defesa da democracia nós não podemos permitir que a mentira prevaleça neste país. Estamos aqui, sim, para defender um legado de Lula e Dilma. Estamos aqui, sim, para defender o governo Pimentel, para dizer dos grandes avanços. O discurso de um jovem deputado, como o deputado Douglas Melo, foi um discurso muito esclarecedor. Foi um discurso que mostrou muito claramente a diferença do passado. Muito obrigado.



\* – Sem revisão do orador.

O deputado Tito Torres – Boa tarde, Sr. Presidente, deputadas e deputados. Antes de iniciar minhas palavras, eu gostaria de cumprimentar o deputado Wander Borges, que apresentou aqui uma agenda não só de Minas Gerais, mas também do Brasil. São diversas mortes na BR-381 a que a gente vem assistindo, infelizmente, há vários anos. E realmente a gente vê que o governo Lula, o governo Dilma usaram a BR-381 como trampolim político. E a gente vê, realmente, que a BR-381 não consegue sair do papel – e às vezes nem no papel está. A gente vê licitações fracassadas. O Dnit não sabe o que vai acontecer com a BR-381 – se vai ou não haver concessão.

Então, infelizmente, os governos do ex-presidente Lula e da presidente Dilma equivocaram-se bastante. Muitos falaram aqui hoje da Via 040, uma concessão feita pelo governo federal, e muitos agora reclamam do preço do pedágio. Mas foi um erro cometido pelo governo federal, que não soube fazer direito a concessão, e os pedágios estão aí hoje. Pediram 10% da obra, e a empresa fez em Goiás a parte mais fácil – a empresa também não é boba, não é? Mas o erro realmente foi da concessão, e a população mineira está pagando pelo erro do governo federal.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Quero cumprimentar V. Exa., deputado Tito Torres, que, com muita clareza, reafirma aqui o posicionamento do deputado Wander Borges, que apresentou aqui e jogou por terra toda a mentira do governo federal, do PT, tanto do governo Lula quanto do governo da Sra. Presidente Dilma Rousseff, essa mulher que não consegue falar sequer uma frase completa. Ela é completamente desconexa quando vai proferir os seus discursos, as suas frases.

Mas o mais engraçado é que eu vejo o deputado Durval Ângelo, líder do governo do PT, fazer aqui, deputado Alencar da Silveira Jr., uma alusão à Alemanha nazista. Quando eu penso no PT e no nazismo, lembro-me do ministro propagandista de Hitler - deputado Alencar da Silveira Jr., nós aprendemos isso no curso de comunicação, V. Exa. também, que é formado na área -, um moço chamado Joseph Goebbels. Ele, deputado Bonifácio Mourão, era o ministro propagandista de Hitler. Com ele, o PT aprendeu rapidamente a repetir uma mentira mil vezes até ela se transformar em verdade. É isso que o PT sabe fazer muito bem, como Dilma Rousseff fez na campanha: enganar, mentir deslavadamente para o povo brasileiro.

Agora o deputado Durval Ângelo encerra sua fala dizendo que hoje existe uma guerra e que o PT tenta defender a democracia. Digo o seguinte, deputado Tito: realmente há uma guerra. De um lado o povo brasileiro e do outro, deputado Bonifácio Mourão, no campo adversário, os corruptos. O povo brasileiro e os corruptos. É isso que o deputado Durval Ângelo deveria lembrar.

Por falar nisso, para reafirmar, consolidar e ilustrar muito bem a minha fala, o deputado João Leite me premiou com o discurso de um programa de combate à corrupção: “Compromisso com a ética”, deputado Tito Torres. Olhe aqui, deputado Alencar da Silveira Jr., que coisa mais rara que o deputado João Leite conseguiu: “Programa de governo 2002, Coligação Lula Presidente”. Aqui vem dizendo: “Apresentação. A ideia de que a democracia brasileira ainda não conseguiu atingir um padrão satisfatório no exercício da ética e dos valores republicanos em nossa vida política faz parte da consciência dos brasileiros. Responder às exigências decorrentes de tal constatação é o compromisso deste documento”. Não vou ler tudo para não tomar o tempo. Aqui embaixo, no terceiro parágrafo, o documento diz o seguinte: “Este documento é peça integrante do programa de governo da Coligação Lula Presidente e expressa compromissos enraizados em uma longa trajetória de coerência no combate à corrupção. Ele registra os frutos de uma série de iniciativas e experiências, de reflexões e diagnósticos de especialistas. Incorpora todos os resultados consensuais da série de seminários que o Instituto Cidadania, coordenado por Lula, realizou em 1995 e 1996, sob a responsabilidade” – escrevam aí, deputados Hely Tarquínio, Alencar da Silveira Jr., Tito Torres, Bonifácio Mourão, João Leite e Isauro Calais – “sob a responsabilidade do deputado José Dirceu”. Olhem aqui o programa de combate à corrupção do governo do PT sob a responsabilidade de um corrupto de carteirinha, que já foi condenado no mensalão e agora está preso preventivamente porque foi pego com R\$20.000.000,00 na sua conta bancária, que foi bloqueada pelo juiz Sérgio Moro. Agora, pasmem com a coincidência: na 13ª Vara da Justiça Federal do Paraná em Curitiba! É muita coincidência o Sérgio Moro nos apresentar agora com seu trabalho justamente na 13ª Vara da Justiça Federal do Paraná. Coordenador do programa de combate à corrupção do Lula, do PT, do Vaccari, quem é? José Dirceu.

Olha, tenha santa paciência, deputado Durval Ângelo! V. Exa. vir aqui dizer que o povo está querendo dar golpe, que a Polícia Federal quer dar golpe, que o Ministério Público Federal quer dar golpe, que a Justiça Federal quer dar golpe... Vá enganar outra pessoa. O povo brasileiro não aguenta mais. Chega de corrupção. Basta, é isso. Como disse o deputado João Leite, nós e as nossas famílias, deputado Tito Torres, estaremos, no dia 16 de agosto, na Praça da Liberdade, às 10 horas. Vamos todos protestar. Fora, PT! Fora, corrupção!

O deputado Tito Torres – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)\* – Deputados Tito Torres, Sargento Rodrigues, João Leite, Isauro Calais, Professor Neivaldo, estamos aqui atentos às palavras dos deputados Tito Torres e Sargento Rodrigues. Notamos, deputado João Leite, que o líder do governo, deputado Durval Ângelo, terminou seu discurso falando em guerra, expressão meio forte a meu ver, que a guerra está preparada, que a situação vai piorar. Entendo que ele deveria ter usado um eufemismo, um abrandamento de expressão. Talvez essa expressão talvez tenha surgido por causa do *impeachment* que tem aparecido na imprensa de fora a fora. Até nem é a posição do nosso partido, deputado João Leite, o PSDB, que ainda não tem posição firmada sobre o *impeachment* e está esperando que as provas fiquem mais claras sobre a corrupção, as notas fiscais e assim por diante, para que haja a cobertura da Constituição Federal, para que haja motivo legal previsto na Constituição Federal.

Mas, enquanto não há isso, não estamos usando a palavra *impeachment*. Agora, falar como a presidente Dilma do PT fala, que o seu mandato é legítimo porque foi eleita pela vontade da maioria do povo nas eleições, isso não. Porque Nixon foi eleito pela vontade da maioria do povo e teve a sorte que teve. Da mesma forma, Fernando Collor disputou com o Lula e ganhou. Quem mais pregou o *impeachment* do Collor? Exatamente o Lula. Isso está nas redes sociais e na imprensa, todos sabem disso. Isso é muito interessante, porque uma hora fala contra o *impeachment*, fala que é golpe, mas, na ocasião em que Lula pregava o *impeachment*, era legal.

Então, agradecemos a V. Exa., deputado Hely Tarquínio, e a V. Exa., deputado Tito Torres. Só quero terminar lembrando que a BR-381, que é a rodovia da nossa região, continua complicada. O governo federal põe culpa em empresas que o governo contratou. O



consórcio Isolux Engevix foi contratado pelo governo. Ora, o governo tem de ter mais responsabilidade com as empresas que contrata, tem de saber primeiro quem são essas empresas, senão acontece o que está ocorrendo conosco, continua a Rodovia da Morte por descaso do governo federal.

O deputado Tito Torres – Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* – Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 17/8/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/06/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.154, de 30/12/1994, 5.179, de 23/12/1997, 5.203, de 19/3/2002, e das Deliberações da Mesa nºs 2.384, de 19/12/2006, 1.509, de 7/1/1998, 1.576, de 15/12/1998, 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Lindomar Correia da Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

### AVISO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA E RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO

#### CONTRATO Nº 10/2015

Contratada: Extintores Minas Gerais Ltda.

Objeto: prestação de serviço de manutenções preventiva e corretiva em sistema de detecção e combate a incêndio por agente limpo, sem fornecimento de peças.

Fundamentação legal: A Mesa da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições, em especial a que lhe confere o inciso I do art. 104 da Deliberação da Mesa nº 2.598, de 13/10/2014, rescindiu unilateralmente, em 3/8/2015, o contrato referenciado, em observância ao disposto no inciso VIII do art. 78 e no inciso I no art. 79 da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/1993. Além disso, o diretor-geral, no uso de suas atribuições, em especial a que lhe confere o inciso II do art. 102 da Deliberação da Mesa nº 2.598, de 13/10/2014, aplicou a sanção de multa.